

**HABEAS CORPUS Nº 492.634 - GO (2019/0038005-4)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE GOIAS  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS  
MARCIO ROSA MOREIRA - GO041382  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : HUGO DE SOUZA ANDRADE (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de HUGO DE SOUZA ANDRADE apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (Agravos em Execução n. 5599614.77.2018.8.09.0000).

Depreende-se dos autos que foi determinado o recambiamento do paciente, preso em Goiânia, para a Comarca de Jacupiranga/SP.

Interposto recurso pela defesa, foi negado provimento ao agravo em execução nos termos da ementa a seguir transcrita (e-STJ fl. 14):

*AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO PENA COMARCA PRÓXIMA À FAMÍLIA. PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO. I - A despeito de manifestar-se o agravante após o proferimento da decisão agravada, não há que se falar em prejuízo ao recorrente, que manifestou-se, inclusive, com a interposição do presente recurso, exercendo o contraditório e ampla defesa, sendo descabida a pretensão de nulidade por cerceamento de defesa por ausência de prejuízo ao recorrente, na conformidade do art. 563 do CPP. II – Em que pese a possibilidade de cumprimento de pena por sentenciado em localidade mais próxima à sua família, conforme dispõe o caput do artigo 86 da Lei de Execução Penal, não constitui direito subjetivo e absoluto do condenado, tal alteração cabendo apreciação e deferimento do pedido de acordo com critério de conveniência e oportunidade da administração penitenciária, a serem aferidos pelo juízo da execução penal, preservando-se o interesse público sobre o particular. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL DESPROVIDO.*

Daí a presente impetração, na qual a defesa sustenta a nulidade da decisão proferida em primeiro grau, argumentando que houve ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, visto que a defesa não foi previamente ouvida.

No mérito, aduz ser direito do paciente continuar a cumprir a pena na

Comarca de Goiânia/GO, local em que tem a possibilidade de estar próximo aos seus familiares.

Requer, liminarmente, seja reconhecida a nulidade da decisão atacada.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator